

# Retorno voluntário de imigrantes ilegais aumentou quatro vezes mais em 2025

written by O Cidadão | 29 de Janeiro, 2026



Mais de 750 imigrantes em situação irregular em Portugal regressaram ao país de origem de forma voluntária no ano passado, quatro vezes mais do que em 2024, revelou hoje a PSP.

Em comunicado, a PSP dá conta do regresso voluntário de 758 imigrantes ao país de origem, um aumento de 283 por cento em relação a 2024, ano em que foram feitos 198 retornos voluntários.

*“Durante o passado ano, após várias sessões de formação na*

**área do aconselhamento ministrado na PSP, o reforço de especialistas de Retorno que iniciaram o apoio a Portugal no âmbito do plano de implementação assinado com a Frontex, foi possível garantir que mais de 700 pessoas tivessem regressado a casa com o apoio das autoridades portuguesas e europeias”, lê-se no comunicado.**

A PSP indica ainda que em 2025 realizou 276 processos de afastamento de imigrantes, mais 101 do que em 2024 (aumento de 58 por cento). Destes processos de afastamento, 161 foram referentes a expulsões judiciais, 69 de afastamento coercivo, 21 de condução à fronteira e 21 casos inadmissíveis.

A Polícia de Segurança Pública dá nota ainda que no último trimestre do ano foram processados cerca de 80 processos de readmissão por congéneres europeias, tendo a PSP, com o apoio da Agência para a Integração, Migração e Asilo (AIMA) declinado a readmissão de 34 por cento destes processos com os quais Portugal tem acordos bilaterais no âmbito da Readmissão. A PSP recorda que o retorno voluntário **“é uma possibilidade aberta a todos os cidadãos e famílias que, vivendo em Portugal, pretendam regressar aos seus países de origem (externos à UE e Espaço Schengen) e não têm fundos ou forma de o fazer condignamente”**.

Com a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) há mais de dois anos, algumas competências deste serviço de segurança, nomeadamente o controlo das fronteiras aéreas, passaram para a esfera da PSP, que desde 21 de agosto do ano passado alargou as competências com a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras.

Além da segurança aeroportuária e controlo fronteiriço, que inclui o Centro de Instalação Temporária (CIT) de estrangeiros do Porto (Unidade Habitacional de Santo António) e pelos espaços equiparados a CIT existentes nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro, a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF) é agora também responsável pelas operações de

afastamento, readmissão e retorno de pessoas em situação irregular, que tinham sido atribuídas à AIMA.

OC/MP